

Literatura de mulheres indígenas: quando a poesia relampeja modos de vida e resistência

Thais Viana Barbosa

Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade
Federal de São Carlos (UFSCar).

E-mail: thais.viana@estudante.ufscar.br

orcid.org/0000-0002-7985-5858



Resumo

Este trabalho é uma reflexão teórica acerca do papel que a literatura de mulheres indígenas cumpre no plano político atual, pois, ao publicizar a causa, a escrita de autoria indígena manifesta a condição de sujeito-históricos desta população e posiciona-se em defesa dos corpos e territórios originários. Fazendo ver mundos outros e seus constituintes, esta literatura demarca os conhecimentos indígenas sobre a sociedade não-indígena e publiciza a causa em uma ação política e politizante. Carregadas de emoção, afeto, sensibilidade e de crítica a sociedade não-indígena, a literatura indígena faísca cosmologias e saberes, soma a luta em defesa dos corpos e territórios indígenas. Em um relampejar de mundos e seus constituintes, a literatura indígena contemporânea territorializa o campo da escrita e do conhecimento frente ao apagamento histórico-colonial, ao mesmo tempo em que retoma a soberania de suas narrativas e nos reconta as trajetórias e resistências indígenas.

Palavras-chave:

Literatura; mulheres indígenas; modos de luta; cosmologias; resistência.

Abstract

This work is a theoretical reflection on the role that Indigenous women's literature plays in the current political landscape. By making the cause public, Indigenous-authored writing manifests the historical subjectivity of this population and positions itself in defense of Indigenous bodies and territories. By revealing other worlds and their constituents, this literature delineates Indigenous knowledge about non-Indigenous society and publicizes the cause as a political and politicizing action. Laden with emotion, affection, sensitivity, and also with criticism of non-Indigenous society, Indigenous literature sparks cosmologies and knowledge, adding to the struggle in defense of Indigenous bodies and territories. In a flash of worlds and their constituents, contemporary Indigenous literature territorializes the field of writing and knowledge in the face of historical-colonial erasure, while reclaiming the sovereignty of its narratives and recounting Indigenous trajectories and resistances.

Keywords: Literature;

indigenous women; modes of struggle; cosmologies; resistance.

Resumen

Este trabajo es una reflexión teórica sobre el papel que la literatura de mujeres indígenas desempeña en el plano político actual, de manera que al hacer pública la causa, la escritura de autoría indígena manifiesta la condición de sujetos históricos de esta población y se posiciona en defensa de los cuerpos y territorios originarios. Al hacer visibles otros mundos y sus constituyentes, esta literatura demarca los conocimientos indígenas sobre la sociedad no indígena y publicita la causa en una acción política y politizante. Cargada de emoción, afecto, sensibilidad y también de crítica hacia la sociedad no indígena, la literatura indígena enciende cosmologías y saberes, sumándose a la lucha en defensa de los cuerpos y territorios indígenas. En un destello de mundos y sus constituyentes, la literatura indígena contemporánea territorializa el campo de la escritura y del conocimiento frente al borrado histórico-colonial, al mismo tiempo que recupera la soberanía de sus narrativas y nos cuenta nuevamente las trayectorias y resistencias indígenas.

Palabras clave:

Literatura; mujeres indígenas; modos de lucha; cosmologías; resistencia.

Considerações Iniciais

“Pisando na história”

No chão do meu passado,
Vejo a nação ecoar
Um canto de resistência
Dos espíritos daquele lugar.

Cantam do fundo da terra,
Em meio à cerâmica milenar,
Cantam sentindo a dor
Por uma história
Que teimamos em pisar.

Esquecendo que ali estão
Pedaços do nosso Brasil,
Dos donos desse lugar,
Ao relento, expostos ao frio.

Nos artefatos o registro
Dos que por ali passaram,
Os valentes Aikewara,
Que na terra seu registro enterraram.

Pisei no chão da história,
Toquei num pedaço de memória
Da luta de quem caminha
No parque das andorinhas.

(Kambeba, 2021: 70)

1. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. O trabalho encontra-se disponível no repositório da mesma universidade. Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/20199> >. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

Este trabalho é uma reflexão acerca do papel que a literatura de mulheres indígenas cumpre no plano político atual, sobretudo no que toca às publicações de Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeba. Como parte de uma dissertação de mestrado¹, este artigo objetiva demonstrar que a literatura indígena contemporânea é uma extensão dos modos de resistência e articulação política indígenas. Enquanto ferramenta de luta, esta literatura posiciona-se em defesa dos corpos e territórios originários, fazendo ver a diversidade cosmológica indígena, ao mesmo tempo em que retoma a soberania das narrativas originárias. Em um impulso político e politizante, as publicações de Potiguara e Kambeba se somam às redes de articulação indígenas ao deslocar conceitos próprios aos planos da literatura, arte e escrita.

Dessa forma, a argumentação divide-se em quatro momentos. O primeiro momento apresenta as trajetórias das escritoras indígenas e uma breve biografia de cada uma. O segundo momento expõe e contextualiza a literatura indígena contemporânea, demonstrando que esta

cumpre papel político e politizante na sociedade não-indígena. Já o terceiro momento faz ver as redes de articulação de mulheres indígenas no país e suas formas de luta. Por fim, o quarto momento reflete sobre a potencialidade da literatura de mulheres indígenas em relampejar os modos de vida e resistência indígenas.

Cada seção deste trabalho encontra-se intercalada com poesias de Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeba que foram retiradas das obras “Metade Cara, Metade Máscara” (2019[2004]) e “O lugar do saber ancestral” (2021), respectivamente. Cada poesia está delimitada por margem em uma escolha político-estética que vê a potencialidade de cada narrativa e capacidade de demarcar sobre o texto etnográfico formas poéticas de luta e resistência. Demarcando territórios epistêmico, cosmológico e geográfico (Barbosa, 2023), a literatura de mulheres indígenas relampeja lutas em defesa dos corpos e territórios ancestrais.

2. O termo “vozes originárias” faz referência ao título da mais recente publicação de Eliane Potiguara, intitulada “O vento espalha minha voz originária” (2023).

Vozes originárias: Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeba²

Eu não tenho minha aldeia

Eu não tenho minha aldeia
Minha aldeia é minha casa espiritual
Deixada pelos meus pais e avós
A maior herança indígena.
Essa casa espiritual
É onde vivo desde tenra idade
Ela me ensinou os verdadeiros valores
Da espiritualidade
E do verdadeiro significado
Da tolerância

Mas eu não tenho minha aldeia
E a sociedade intolerante me cobra
Algo físico que não tenho
Não porque queira
Mas porque minha família foi tirada
Sem dó, nem piedade.

Eu não tenho minha aldeia
Mas tenho essa casa iluminada
Deixada como herança
Pelas mulheres guerreiras
Verdadeiras mulheres indígenas
Sem medo e que não calam sua voz.

Eu não tenho minha aldeia
Mas tenho o fogo interno

Da ancestralidade que queima
Que não deixa mentir
Que mostra o caminho
Porque a força interior
É mais forte que a fortaleza dos preconceitos.

Ah! Já tenho minha aldeia
Minha aldeia é Meu Coração ardente
É a casa de meus antepassados
E do topo dela eu vejo o mundo
Com o olhar mais solitário que nunca
Onde eu possa jorrar
Milhares de luzes
Que brotarão mentes
Despossuídas de racismo e preconceito.

(Potiguara 2019 [2004]: 151)

Indígena, mulher, mãe e avó. É assim que Eliane Potiguara se define em suas falas e textos. Nascida no ano de 1950, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), é considerada a primeira mulher indígena escritora do país, seus textos carregam as dores, resistências e o desejo de mudança em favor dos povos originários. Com uma trajetória familiar e étnica marcada pela expropriação territorial e pela migração forçada do estado da Paraíba (PB) para o eixo sul-sudeste do país, resistiu e manteve viva suas tradições culturais pelas contações de histórias de sua avó - Maria de Lourdes - indígena potiguara.

Como é sabido pela literatura antropológica (Oliveira, 1986; Oliveira, 1998) muitas populações indígenas do Nordeste brasileiro foram forçosamente desaldeadas por grupos colonos da região e migraram compulsoriamente para o eixo Sul-Sudeste do país, abrigando-se em regiões periféricas de grandes centros urbanos, como as cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Como consequência deste processo de expropriação territorial, algumas populações indígenas abandonaram compulsoriamente sua língua materna e passaram a adotar a língua do colonizador: o português. Esse violento fluxo migratório marca a trajetória familiar de Eliane Potiguara, de forma que esta cresce - junto de seu irmão, mãe e avó - em uma periferia da cidade do Rio de Janeiro.

Sob influência das histórias contadas e dos conhecimentos transmitidos por sua avó, graduou-se em Letras e Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tornou-se professora, escritora e ativista. Decidiu ainda jovem retomar sua ancestralidade e engajou-se na luta e defesa pelos corpos e territórios indígenas. Viajou

por diversas aldeias indígenas no Brasil e na América Latina, em um movimento de reencontro com suas raízes étnicas, com os saberes tradicionais e com a História dos povos indígenas. Nesse deslocamento e (re)encontro com parentes de diversos povos, a escritora tornou-se porta-voz das lutas de mulheres e dos povos originários.

Em meados da década de 1970, ela fundou o Grupo Mulher - Educação Indígena e Rede de Comunicação Indígena (GRUMIN), o qual atuou como um veículo de circulação de denúncias, boletins informativos, notícias jornalísticas, notas e publicações individuais sobre os direitos dos povos originários e das mulheres. Inicialmente, criado como um grupo de empoderamento político e de educação às mulheres indígenas, o GRUMIN estabeleceu-se como uma organização em defesa dos direitos pelos corpos e territórios indígenas. Eliane Potiguara afirma que o GRUMIN surgiu como uma demanda de um cacique Potiguara, concomitantemente ao seu processo de retomada de identidade indígena:

o Grumin foi criado dentro da área Potiguara. Com a assinatura dos caciques, das pessoas envolvidas ali. A pedido do cacique João Batista Faustino, nós fizemos o Primeiro Encontro de Luta e Resistência. [...] E o evento era muito importante e urgente. A gente precisava resolver os problemas do arrendamento de terra porque os rios estavam todos sendo assoreados. Estava se perdendo caranguejo, estava se perdendo camarão, devido à monocultura da cana de açúcar com aquela grande empresa de latifundiários que arrendava as terras. Ali na Paraíba, próximo aos Potiguaras, a terra toda estava devastada. O rio estava todo sujo, com aqueles produtos venenosos que estavam poluindo as águas. A comunidade reclamava. E a comunidade cada vez mais pobre. Cada vez mais pobre. Sem alimentação, porque como que a comunidade ia plantar se estava tudo devastado? A fome aparecendo lá na comunidade. Então foi isso que motivou minha entrada no Movimento Indígena. (Potiguara, 2019: 32-34).

Dessa forma, foi no retorno às Terras Indígenas (T.I.s) Potiguara que a escritora funda o GRUMIN e adentra ao nascente Movimento Indígena nacional. Durante o processo de redemocratização do país, atuou politicamente ao lado de Ailton Krenak e Marcos Terena. Publicou diversos boletins informativos com selo editorial GRUMIN e organizou diversos encontros de formação de lideranças indígenas pelo país³. Atualmente, a organização vem ganhando notoriedade em dar visibilidade à publicação de literatura indígena, consolidando-se no campo editorial independente.

Defensora dos Direitos Humanos, Eliane Potiguara idealizou o Comitê Inter-Tribal 500 Anos (kari-oka) em razão da Conferência

3. Alguns dos documentos e boletins informativos publicados pelo GRUMIN podem ser consultados em: <https://acervo.socioambiental.org/adv-search?form_id=advanced_search_form&form_build_id=form-rgL9a6axN5iPxL-23qSFgrB7ARs1uKM--AVjY8ez2I91E&search_term=GRUMIN&content_type=documento>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio-Ambiente (1992). Participou e discutiu a questão dos direitos indígenas em diversos fóruns nacionais e internacionais, sob apoio de Organizações Não-Governamentais (ONGs), nos quais propôs diversas estratégias de luta e resistência, tais quais o fórum sobre o Plano Piloto para a Amazônia ocorrido em Luxemburgo no ano de 1999 e o Tribunal das Histórias não contadas e Direitos Humanos das Mulheres na Conferência da ONU em 1995, na China. No ano de 2011, foi nomeada Embaixadora Mundial pela Paz na Suíça, pelo Cercle Universel des Ambassadeurs de la Paix. Após décadas de luta e resistência em favor dos direitos minoritários. Em 2021, a escritora e ativista indígena recebe o título de doutora honoris causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Até o momento de elaboração deste trabalho, Eliane Potiguara possui 6 obras publicadas no formato individual-impresso, sendo estas: a) *A terra é a mãe do índio* (1989); b) *Metade Cara, Metade Máscara* (2019[2004]); c) *O coco que guardava a noite* (2012); d) *O Pássaro Encantado* (2014); e) *A cura da Terra* (2015); f) *O vento espalha minha voz originária* (2023).

4. Disponível em: <<https://www.brasilefatopb.com.br/2023/04/14/eliane-potiguara-o-protagonismo-da-mulher-indigena-na-valorizacao-das-culturas-originais>>. Acesso em: 05 de abril de 2024.

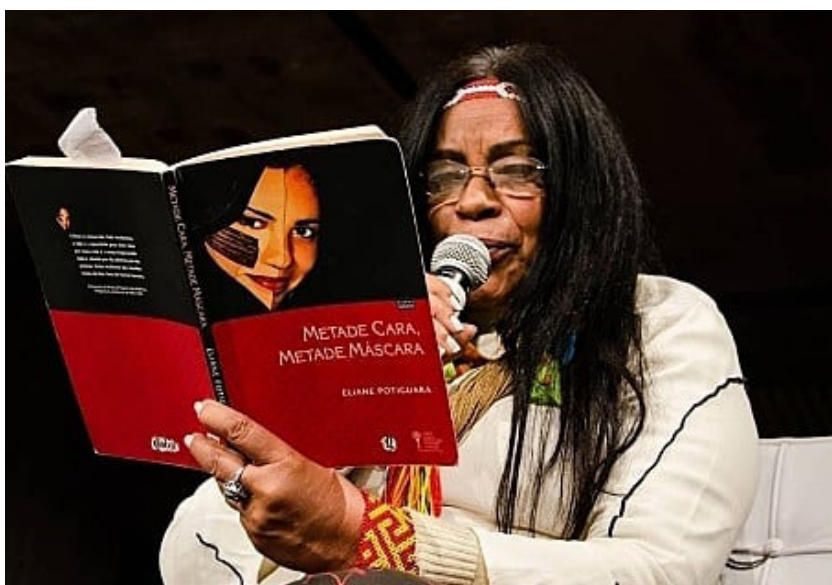


figura 1. Eliane Potiguara e sua obra *Metade Cara, Metade Máscara* (2004). Fonte: Jornal Paraíba⁴ (2019).

Chão Kambeba

No canto que sai de ti,
Sinto o amor fluir,
Vem ser o meu bem-querer,
Sou Kambeba, resisti.
Minha dança guardei pra mostrar.

Essa terra, meu chão é meu lar,
Sou Kambeba e não vou negar,
Eu voltei pra lutar.

Pela cultura da minha nação,
Minha luta é de paz e união.
Minhas mãos desarmadas estão,
Busco minha afirmação.

Na união com os povos eu vou,
Nas pinturas revivo quem sou,
No meu canto, encanto amor,
Sou Kambeba sonhador.

Minha história se cristalizou,
Minha língua em silêncio ficou,
Minha aldeia o progresso tomou,
Resisti ao opressor.

Hoje canto e danço para ver
Esse povo voltar a dizer,
Sem vergonha de ser o que é,
Sou Kambeba e tenho fé.

(Kambeba, 2021: 34)

5. Disponível em: <
<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3978/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20M%C3%A1rcia%20Vieira%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

Márcia Wayna Kambeba é uma indígena amazonense do povo Omágua-Kambeba. Nasceu no ano de 1979 e morou até os oito anos de idade em uma aldeia Tikuna, localizada na região do Alto Solimões (AM). Cresceu em território indígena ao lado de sua avó Assunta - educadora indígena -, que a ensinou desde pequena a lutar e defender seus territórios e ancestrais (Kambeba, 2020).

Sob influência dos ensinamentos de sua avó, graduou-se em licenciatura plena em Geografia pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), é especialista em Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável pela Faculdade Salesiana Dom Bosco. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na qual defendeu a dissertação de mestrado intitulada “Reterritorialização e identidade do povo Omágua-Kambeba na aldeia Tururucari-Uka” (2012)⁵. Atualmente é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL-UFPA).

É Indígena, mãe, geógrafa, professora, poeta, fotógrafa, compositora e ativista política. Sua trajetória enquanto professora é marcada pela atuação no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), bem como na colaboração no curso de formação intercultural de professores indígenas em aldeia da

Universidade Estadual do Pará (UEPA). Vinculada às artes e ao teatro, compõe músicas indígenas em Tupi e Português. Realiza contação de histórias e palestras pelo Brasil e América do Sul onde discute a importância da luta dos povos indígenas como chave para a auto afirmação, alertando para um olhar crítico e reflexivo dos povos originários sul-americanos.

Márcia Wayna Kambeba também é Ouvidora Geral do Município de Belém-PA. Em 2020 entrou para a Academia Internacional de Literatura Brasileira (AILB), nos Estados Unidos, e é membra da Academia Formiguense de Letras (AFL) em Formiga - Minas Gerais (MG). Como escritora e poeta, Omágua-Kambeba, têm mais de dez trabalhos publicados, dentre publicações coletivas e individuais. No formato editorial individual-impreso destacam-se as obras: a) *Ay kakyri Tama - Eu moro na cidade* (2018); b) *Saberes da Floresta* (2020); c) *O lugar do Saber Ancestral* (2021); d) *Kumiça Jenó: narrativas poéticas dos seres da floresta* (2021); e) *O povo Kambeba e gota d'água* (2022); f) *De almas e águas kunhãs* (2023); g) *Infância na aldeia* (2023); h) *O Curumim Wirá e os encantados* (2023); i) *Cocar* [s.d]; j) *A matinta pajé* [s.d.].

6. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/mulheres/o-ser-alem-da-resistencia-1.499882>>. Acesso em: 05 de abril de 2024.



figura 2. Márcia Wayna Kambeba e cinco de suas obras. Fonte: Jornal O liberal⁶ (2022).

Territorializando a escrita

Cara de aldeia

As ondas do rio
Desenho formou
Cara de povo
O vento soprou.

De olho espichado
Minha pele se misturou
Cabelo ondulado
Meu sangue miscigenou.
Tenho cara de aldeia
Minha casa é na cidade
Conheço minha história
Busco respeito, igualdade.

Sou herdeiro das penas
Tenho orgulho em falar
Sou o legado que restou
O grafismo vai mostrar.

Minha cara é de aldeia
De saber, continuidade
Não nego a resistência
Trago na voz a identidade.
Sou povo, nação
Tenho espírito ancestral
Sou o pajé que luta e dança
Para o bem vencer o mal.
Não sou “índio”
Não moro em “tribo”
Sou povo originário
Minha uka é meu lar.

Não sou o que os livros pintam
Nossa cara o tempo mudou
Sou rápido que nem flecha
Nas rimas e nas palavras
Para dizer quem eu sou.

De pele morena ou clara
Sou assim:
Kambeba, Munduruku,
Suruí, Paliku, Pankararu
Kumaruara, Tembé
Arapiuns, Sateré
Arara, Tirió, Apinajé.

Sou o tempo contado em eras
Sou a transmutação em feras
Sou povo, me veja
Sem querer encontrar uma “cara”
Estamos em movimento
O mundo não para.

(Kambeba, 2021: 46-47, grifo da escritora)

A escrita de tipo formal alfabética tem sido historicamente utilizada pelas nações ocidentais como parâmetro para o conhecimento, sobretudo aqueles de caráter científico e burocrático. Sob esse entendimento a técnica da escrita constituiu por muito tempo “uma divisão bá-

sica das culturas humanas” (Finnegan, 2006: 62) de modo que, quando se desejava fazer uma distinção histórica entre grupos humanos, comumente historiadores utilizam o letramento como critério e adotavam termos como “sociedades não-letradas” ou “sociedades pré-letradas” para referirem-se aos povos não-brancos que outrora a Ciência classificou como “primitivos”, “bárbaros” ou “aborígenes” (2006: 62).

Objetivando romper com essa e outras noções ocidentais, o Movimento Indígena no Brasil vê na escrita formal alfabética um meio de autoafirmação, de forma que muitas populações indígenas no país passam a adotar essa técnica na lida com o Estado pela reivindicação de seus direitos sociais e territoriais. Como ressalta Peggion (2017: 54), a década de 1990 foi um “momento importante da luta indígena em algumas regiões e que produziu um importante efeito nos processos educacionais”, de forma que a implementação de cursos de formação de professores indígenas nas aldeias, bem como a elaboração de materiais didáticos, fez da escrita um mecanismo de luta e autonomia, seja no âmbito da educação escolar indígena, seja na lida com as instituições estatais.

Além do mais, o uso da escrita pelos sujeitos indígenas favorece a retomada da soberania de suas narrativas de origem⁷, de modo que rompe-se com “com a visão oficial da História que engessou, e engessa, as ações e as vozes dos sujeitos históricos indígenas” (Dorrico et al, 2020: 239), de forma que a escrita de memórias, histórias orais e modos de vida demonstra-se como uma forma fundamental de ativismo pela qual se engajam escritores indígenas promovendo sua autonomia intelectual, cultural e política (Dorrico et al, 2020). O intelectual e escritor indígena Kaká Werá (2017: 26) ressalta que:

a tradição indígena é uma tradição literária, é uma tradição poética, é uma tradição artística. Os nossos contadores de história são imprescindíveis na coesão das comunidades. Todas as culturas indígenas prezam os seus narradores, os chefes narrativos, os contadores de história. Eles que dão a coesão pela memória. Então traduzir isso para a escrita era uma questão de habilidade técnica. Uma questão de aprender a ler e escrever, de aprender a codificar o pensamento, o conhecimento, na linguagem escrita. É como aprender uma nova língua.

Nesse sentido, a escrita indígena de tipo formal alfabética apresenta-se como parte de um movimento estético, político e epistêmico que faz ecoar as vozes, tradições e conhecimentos originários sob os

7. Adota-se aqui o termo narrativas de origem, ao invés do jargão antropológico mito(s) e mitologia (s), em consonância com as críticas pós-coloniais indígenas, principalmente no que tocam as reivindicações do Movimento Indígena e a recusa à colonialidade do termo “mito”. Ver em: Dorrico et al, 2020.

mundos não-indígenas. Os povos indígenas no Brasil encontram na escrita alfabética, sobretudo em língua portuguesa, formas de resistência ao apagamento histórico colonial, reivindicando seus direitos político-sociais e recontando suas narrativas de origem, de forma que esta passagem da oralidade para o escrito tem contribuído para o fortalecimento da luta histórica dos povos indígenas (Baniwa: 2006).

Como destacam Trudruá Dorrico (2017) e Edson Krenak [s.d.], o crescente Movimento Indígena Literário é atravessado por três momentos: a) pela necessidade de transcrever as narrativas de origem, devido a perda de muitos anciões; b) pela urgência de elaboração de materiais didáticos para a educação escolar indígena; c) pela retomada da soberania de suas narrativas em tom metonímico, coletivo e de resistência. Sendo este último momento, o de emergência da literatura indígena contemporânea em que muitos indígenas passam a publicar livros no formato editorial-individual que retomam e exaltam as ancestralidades e narrativas de origem indígenas.

Estas narrativas passadas para o papel por escritores indígenas reverberam vozes ancestrais desde os tempos imemoriais e fazem ver novos conjuntos de imagens. Deslocando sentidos e significados, as narrativas escritas são atravessadas por gerações e recontam inúmeros tempos e memórias, em tom metonímico e de denúncia às violências seculares contra os corpos e territórios indígenas. O corpo do texto ecoa vozes silenciadas e faz ver violências, perseguições, fugas, resistências e dores que não são únicas do autor, mas são coletivas e compartilhadas por muitos outros povos. Para Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeba, a literatura indígena contemporânea é ativismo e resistência, pois:

Nesse sentido, a escrita indígena de tipo formal alfabética apresenta-se como parte de um movimento estético, político e epistêmico que faz ecoar as vozes, tradições e conhecimentos originários sob os mundos não-indígenas. Os povos indígenas no Brasil encontram na escrita alfabética, sobretudo em língua portuguesa, formas de resistência ao apagamento histórico colonial, reivindicando seus direitos político-sociais e recontando suas narrativas de origem, de forma que esta passagem da oralidade para o escrito tem contribuído para o fortalecimento da luta histórica dos povos indígenas (Baniwa: 2006).

Como destacam Trudruá Dorrico (2017) e Edson Krenak [s.d.], o crescente Movimento Indígena Literário é atravessado por três momentos: a) pela necessidade de transcrever as narrativas de origem,

devido a perda de muitos anciões; b) pela urgência de elaboração de materiais didáticos para a educação escolar indígena; c) pela retomada da soberania de suas narrativas em tom metonímico, coletivo e de resistência. Sendo este último momento, o de emergência da literatura indígena contemporânea em que muitos indígenas passam a publicar livros no formato editorial-individual que retomam e exaltam as ancestralidades e narrativas de origem indígenas.

Estas narrativas passadas para o papel por escritores indígenas reverberam vozes ancestrais desde os tempos imemoriais e fazem ver novos conjuntos de imagens. Deslocando sentidos e significados, as narrativas escritas são atravessadas por gerações e recontam inúmeros tempos e memórias, em tom metonímico e de denúncia às violências seculares contra os corpos e territórios indígenas. O corpo do texto ecoa vozes silenciadas e faz ver violências, perseguições, fugas, resistências e dores que não são únicas do autor, mas são coletivas e compartilhadas por muitos outros povos. Para Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeba, a literatura indígena contemporânea é ativismo e resistência, pois:

[...] para os povos indígenas, ela é mais que textos escritos nos papéis. Ela é a própria história dos povos indígenas contadas nas lendas, e da oralidade dos anciãos repassada para o modernismo, que a complementa com a linguagem escrita, seja na língua etno-materna, seja na língua pátria. E centenas de produções literárias estão pipocando por todo o território brasileiro. O grafismo, os ritos, os cantos e as danças, este diversificado discurso é parte incomensurável na materialização da literatura indígena, enfim da cosmovisão indígena. [...] A literatura indígena cumpre o papel de resgate, de preservação cultural, de fortalecimento das cosmovisões étnicas. (Potiguara, 2023: 59-60).

[...] Nasceu uma literatura indígena escrita por quem elabora narrativas inspiradas nas histórias contadas pelo avô ou pelos anciões, ou com base na própria experiência de vida, seja na aldeia, seja na cidade. A escrita é o desenho da memória, do tempo, da história. [...] Nascer e viver em aldeia me fez entender que a resistência precisa começar dentro de cada um de nós, buscando manter viva as memórias coletivas e pessoais de saberes que nos orientam na caminhada e no compromisso de lutar, junto de uma coletividade, por direitos e formas de seguirmos sendo continuidade. [...] Minha intenção é que minha literatura circule nas escolas das aldeias, mas adentre os muros das escolas das cidades e das universidades. Precisamos dialogar numa sintonia de mundos, promover reflexões com ações. Por essa razão, trago poemas pedagógicos, nos quais a floresta encontra um lugar para falar. (Kambeba, 2020: 16-18).

Retomando a soberania de suas narrativas e tradições ancestrais, escritores e escritoras indígenas fazem de sua escrita estratégias

político-discursivas que preservam e dão continuidade à memória (Primo dos Santos Soares, 2021). Dessa forma, a escrita indígena de tipo formal alfabética ressignifica a língua portuguesa, transformando-a em um instrumento de luta e autoafirmação diante da sociedade não-indígena e de suas instituições. Dessa forma, a literatura indígena contemporânea, escrita em língua etno-materna ou em português, desponta enquanto ferramenta de combate ao colonialismo-racismo, uma vez que faz circular na forma de textos reivindicações político-sociais que são próprias do movimento indígena nacional. Como destacam Danner, Dorrico, Danner (2018: 165-166), a literatura indígena contemporânea associa-se diretamente ao movimento indígena, pois:

(a) busca a publicização e politização da causa e da condição dos povos originários, de modo a superar a invisibilização, o silenciamento e o privatismo a eles impostos; (b) parte da autoafirmação e da autoexpressão desses povos por si mesmos e desde si mesmos e transforma-se, a partir disso, em crítica social, resistência cultural, luta política e práxis pedagógica, ou seja, vai da tradição ancestral, comunitária e xamânica à crítica do presente; (c) funda uma voz-práxis ativista, militante e engajada, que adentra a esfera público-política como sujeito público-político que promove e fomenta as tradições, as práticas e os valores próprios aos povos indígenas, ao mesmo tempo em que denuncia e combate as situações de marginalização, exclusão e violência vividas e sofridas por eles; e (d) institui e promove um eu-nós lírico-político carnal, vinculado e político-politizante, que intersecciona de modo fundamental a comunidade e o indivíduo enquanto polos imbricados e interdependentes não apenas da própria causa-condição indígena, mas também de sua manifestação e atuação como sujeito público-político.

15

Fazendo ver narrativas de origem, modos de resistência e os conhecimentos ancestrais, essa literatura revela-se como extensão das reivindicações políticas dos povos originários. Publicizando a causa, a escrita de autoria indígena manifesta a condição de sujeito-históricos desta população e posiciona-se frente ao colonialismo-racismo, em uma crítica indígena à sociedade não-indígena. Logo, os livros publicados em língua portuguesa apresentam um caráter político e politizante, porque expressam e difundem os modos de luta e resistência indígenas transformados em crítica social, a partir de uma linguagem escrita criativa e poética.

As manifestações literárias indígenas, no formato editorial-impresso, são um movimento recente na luta histórica dos povos originários e tem feito ver a diversidade ontológica e epistêmica dessa popu-

lação. A literatura indígena contemporânea tem reivindicado direitos políticos e territoriais em um impulso poético e criativo. Cumprindo papel político e politizante, esta literatura apresenta aos leitores não-indígenas uma multiplicidade de mundos e histórias obliteradas pela colonização. Demarca-se, em meio a sociedade não-indígena, territórios epistêmico, cosmológico e geográfico (Barbosa, 2024), ou seja, delineiam-se conjuntos conceituais e simbólicos outros como parte de um movimento em defesa dos corpos e territórios indígenas. Isso porque as narrativas expressas por esta literatura reúnem diversos elementos cosmológicos que permeiam os conhecimentos ancestrais e os modos de vida nos territórios indígenas. Em uma articulação técnica, política e epistêmica, as publicações literárias indígenas posicionam-se frente às violências contra os corpos e territórios nativos, ao mesmo tempo que demarcam os saberes indígenas sobre a sociedade não-indígena.

Dessa forma, essas narrativas têm se consolidado nos âmbitos artístico, literário e intelectual porque fazem ver identidades, cosmologias e saberes próprios de cada povo. Esta escrita poética e literária resiste ao apagamento histórico colonial, ao mobilizar metonimicamente conjuntos de afetos e experiências que atravessam os corpos e territórios indígenas. Reativando a memória ancestral (Correa Xakriabá, 2018), escritores indígenas “tomam a palavra e, com muita coragem, nos contam de seus mundos e nos recontam os mundos próprios de Outros, entre eles os mundos não indígenas” (Soares-Pinto; Ramo Y Affonso; Benites, 2020: 177).

Em *Metade Cara, Metade Máscara* (2019[2004]) e em *O lugar do saber ancestral* (2021) as escritoras e intelectuais indígenas Eliane Potiguara e Márcia Wayne Kambeba desvelam formas colonizadas do ser e do pensar, ao apresentarem os mundos, as lutas e cosmologias indígenas. A partir de poemas manifestos, as autoras tornam público o genocídio indígena, a expropriação de terras e as diversas formas de resistência que mantém vivas as ancestralidades e o sagrado de cada povo originário.

Marcadas por alusões a eventos pessoais e históricos, estas obras possuem caráter metonímico porque utilizam-se da língua portuguesa para expressar temáticas comuns às lutas e resistências de povos indígenas no Brasil e na América Latina, cujas tessituras textuais, “decorrente do tratamento poético e das constituições (auto)/biográficas contém relatos com intensa carga emocional que cumpre despertar, no leitor um desejo de justiça e de passar adiante a narrativa dos

eventos repulsivos” (Pinto; Lima, 2017: 4656). Nesse sentido, as obras de Potiguara (2019[2004]) e Kambeba (2021) expressam e manifestam uma voz-práxis indígena (Danner, Dorrico, Danner, 2018) cujo eu-lírico é “a expressão da memória e da alteridade sob o signo de resistência” (Dorrico, 2017: 226). O eu-narrador em cada poema expressa a atuação política e literária em defesa dos corpos e territórios indígenas frente a processos discriminatórios e violentos. Para Kopenawa e Albert (2015), as publicações indígenas são:

em primeiro lugar, para além de suas reflexões e lembranças pessoais, suas palavras se referem constantemente aos valores e à história de seu povo, e nos são transmitidas enquanto tais. Nesse caso, o “eu” narrador é indissociável de um “nós” da tradição e da memória do grupo ao qual ele quer dar voz. Portanto, o que ouvimos é um “eu” coletivo tornado autoetnógrafo, movido pelo desejo ao mesmo tempo intelectual, estético e político de revelar o saber cosmológico e a história trágica dos seus aos brancos dispostos a escutá-los. (Kopenawa e Albert, 2015: 539).

Ao dar conta das ancestralidades e das tradições, a escrita de autoria indígena é a expressão da vida nas aldeias e de uma multiplicidade epistêmica e cosmológica. Narrando a luta comum aos povos indígenas, bem como as histórias passadas de geração em geração, elaboram-se conceitos outros que permitem ao leitor não-indígena sensibilizar-se com a causa e entender o real sentido e significado do ser indígena no Brasil e na América Latina. Por esse motivo, é comum que nesta literatura se faça referência constante aos anciões, pajés, xamãs e seres encantados (Kambeba, 2021) cujas corporeidades são capazes de revelar os conhecimentos e o sagrado de cada povo. Como destaca a antropóloga Karipuna:

são nossas mais velhas, mas também os homens mais velhos, quem ativam os conhecimentos e memórias aprendidos com as/os antigas/os já falecidas/os para com as gerações mais recentes, mas que também ativam as histórias e memórias de suas infâncias e juventudes. [...]É através das/os antigas/os que se conhece a gente de antigamente, que dão forma a essas outras pessoas e tempos através da fala. (Primo Soares Dos Santos, 2022: 3).

Com efeito, os produtos literários indígenas, sobretudo os de Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeba, espelham a alteridade indígena ao territorializarem a escrita em uma dinâmica que aciona e atualiza os conhecimentos tradicionais pela escrita poética. Fazendo ver mundos outros e seus constituintes, esta literatura demarca as epistemologias indígenas sobre a sociedade não-indígena e publiciza a cau-

sa em uma ação política e politizante. Ao circularem suas publicações em escolas e universidades, escritores e escritoras indígenas retomam a soberania de suas histórias e narrativas e reinscrevem nestes espaços sua lógica e concepções de mundo (Correa Xakriabá, 2018). A alteridade indígena é, assim, elaborada em uma poética literária que entrelaça tradição oral, cosmologias e formas de resistência.

8. Este poema foi também publicado, várias vezes, sob o título *Mulher Macuxi*, *Mulher Yanomami*.

Retomada, ativismo e autoria

Terra Cunhã⁸

Mulher indígena!
Que muito sabes deste mundo
Com a dor ela aprendeu pelos séculos
A ser sábia, paciente, profunda.

Imóvel, tu escutas
Os que te fingem aos ouvidos
Fé guerreira, contestas:
“Não aguento mais a mentira!”
Mas longe deles, choras a estupidez,
O MEDO...
(sim, longe deles!)
Sofres incompreensão e maldade
Aos poucos morres à míngua...
Desrespeito, roubo assassinato.

No dia em que rastejante
Imploraste tua terra - e JÁ TINHAS!
A teu lado companheiras: miséria e morte
A violência e a angústia dos trópicos...

Nas caras ela viu o abuso
A inveja de ser o que és: cândida,
lúcida, mãe, companheira...
E tu zombastes desses pobres (de) espíritos.

Sabes do rio de lágrimas
Que te aperta o peito aflito
Na bolsa d'água o filho esperas
Futuro, luz nova era.

Mas luta, raiz forte da terra!
Mesmo que te matem por ora
Porque estás presa ainda
Nas garras do PODER e da história.

(Potiguara, 2019 [2004]: 81, nota da escritora)

Mulheres indígenas em todo o país têm se organizado politicamente pela defesa de seus corpos e territórios. Retomando a soberania

sobre suas narrativas, epistemes e modos de ser e estar no mundo, estas mulheres protagonizam as lutas indígenas. Tendo seus corpos-territórios (Haesbaert, 2020) como matéria para debate político, as mulheres indígenas fazem ver relações outras com o ambiente e seus constituintes. A 1ª Marcha das mulheres indígenas⁹, ocorrida entre os dias 10 e 14 de agosto de 2019, em Brasília, teve como lema “*Território: nosso corpo, nosso espírito*”. Reunindo mais de 2.500 mulheres de diferentes povos, a manifestação reafirmou a importância das redes de mulheres indígenas e da demarcação dos territórios. Segundo o documento final, elaborado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), as mulheres indígenas engajam-se na política, pois:

lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura. [...] Queremos respeitado o nosso modo diferenciado de ver, de sentir, de ser e de viver o território. Saibam que, para nós, a perda do território é falta de afeto, trazendo tristeza profunda, atingindo nosso espírito. O sentimento da violação do território é como o de uma mãe que perde seu filho. É desperdício de vida. É perda do respeito e da cultura, é uma desonra aos nossos ancestrais, que foram responsáveis pela criação de tudo. É desrespeito aos que morreram pela terra. É a perda do sagrado e do sentido da vida. [...] Temos a responsabilidade de plantar, transmitir, transcender, e compartilhar nossos conhecimentos, assim como fizeram nossas ancestrais, e todos os que nos antecederam, contribuindo para que fortaleçamos, juntas e em pé de igualdade com os homens, que por nós foram gerados, nosso poder de luta, de decisão, de representação, e de cuidado para com nossos territórios. (Marcha das Mulheres Indígenas, 2021[2019]: 41-45).

Joziléia Kaingang (2023), em sua tese de doutorado, reflete sobre a articulação das mulheres indígenas em nível local e nacional, destacando que as mulheres indígenas se encontram historicamente articuladas nas redes de seus territórios e famílias. Em um fluxo de idas e vindas entre as aldeias e a sociedade hegemônica, as mulheres indígenas têm se mobilizado e tomado a frente na política interétnica, tendo como marco: a) a formalização em 2021 da ANMIGA - Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade - que reúne mulheres dos seis biomas brasileiros: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal; e b) a eleição em 2022 de Sônia Guajajara à deputada federal pelo estado de São Paulo e de Célia Correa Xakriabá à deputada federal pelo estado de Minas Gerais. Atualmente Sônia Guajajara é ministra dos Povos Indígenas, presidindo o Ministé-

9. O documento final da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas pode ser acessado em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/39122/30537>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2024.

rio dos Povos Indígenas, criado no terceiro governo Lula em resposta às reivindicações históricas do Movimento Indígena Nacional. A figura a seguir é um mapa das associações de mulheres indígenas no país:

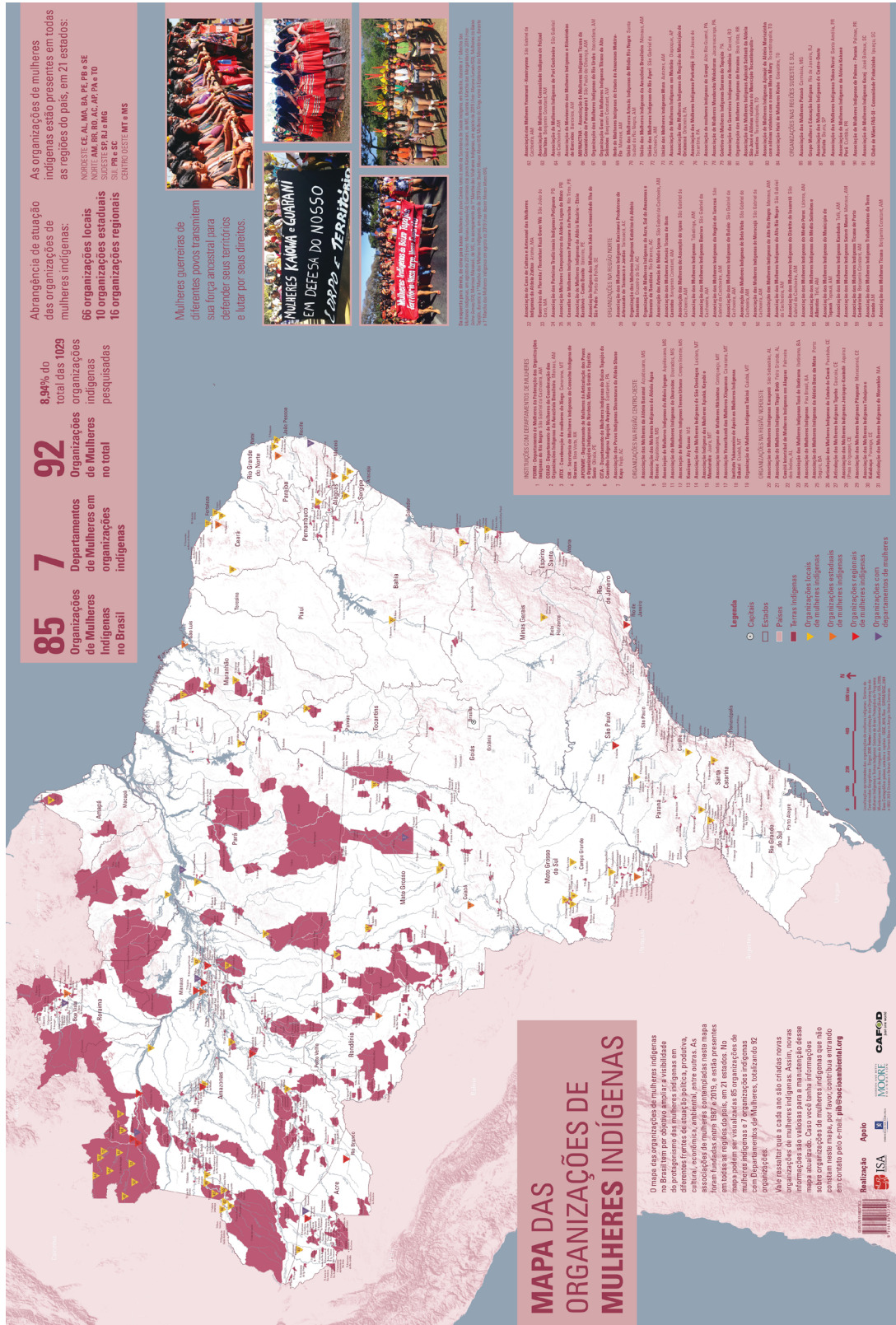


figura 3. Mapa das organizações de mulheres indígenas. Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)¹⁰, 2020.

Mobilizadas em uma “rede da educação: território - escola - universidade” (Schild [Kaingang], 2023: 57-72), as mulheres indígenas têm ampliado suas atuações políticas e reverberado as epistemologias indígenas nos diversos âmbitos da sociedade não-indígena, sobretudo no que tocam suas produções teóricas e literárias que “chamam a atenção às ausências ainda presentes no reconhecimento das escritas e narrativas indígenas” (Schild [Kaingang], 2023: 71). Dessa forma, as publicações de mulheres indígenas, seja na academia ou na literatura, têm reforçado suas redes e possibilitado um entrecruzamento com outras instituições e espaços indígenas de atuação.

Com efeito, a literatura de mulheres indígenas, têm funcionado como extensão das lutas pelos corpos e territórios, porque ao escreverem “contos e poesias, as autoras falam do pertencimento, da luta pela terra, da identidade indígena; celebram a ancestralidade originária e ensinam a luta política que nossos corpos [indígenas] não podem escapar.” (Dorrigo, 2022, [sem paginação]). Em um movimento de retomada, ativismo e autoria, mulheres/escritoras indígenas tencionam os constructos sociais, desfazem estigmas e posicionam-se politicamente, ampliando suas redes (cosmo)políticas de ação. Como destaca a escritora indígena Puri - Paolla Vilela (2022),

a importância dessas vozes e a representação das mulheres em todas as camadas sociais, e dentro principalmente dos movimentos indígenas, são cruciais para uma identificação consciente das injustiças e violências que sofrem e sofreram ao longo de todos os processos de colonização, imposição e não respeito aos seus corpos e suas ancestralidades. [...] Por isso, a manifestação da literatura em suas várias maneiras de fixar existência se torna um estímulo para as autoras, uma fonte de fluidez dos pensamentos, falando com suas comunidades e fora delas. Assim, garante, de certo modo, as diversidades dos povos em seus pensamentos expostos, conjuntamente às características que fazem parte desse conjunto de formas da identidade, cultura e história. Além disso, a palavra, os livros, o existir nesse tempo, demarca as diferenças linguísticas que são tão pertinentes nos seus significados, permitindo abrir o olhar para essa comunicação que não é menor em sua importância, mas cujo processo de registro múltiplo mostra-se necessário para a garantia de sua existência além do formato ocidental. [...] Descolonizar pode ser um processo diversificado e a escrita das mulheres indígenas garante o seio da resistência, as quais são carregadas em seus corpos, em seus escritos, em seus olhares, alegrias e dores de ser infinidade de formas. São nossas mães que sussurram em nossos ouvidos quando foi proibido ou vergonhoso falar sobre nossa ancestralidade. É no encontro de todas nós que a vida literária se dá, se fortalece, se permite ser tantas, validando todos os modos de ser. (Vilela, 2022, [sem paginação]).

10. Em fevereiro de 2020, o Instituto Socioambiental (ISA) mapeou 85 organizações de mulheres indígenas e sete organizações indígenas que possuem departamentos de mulheres, totalizando 92 organizações, presentes em 21 estados do país. Com objetivo de ampliar a visibilidade dessas associações, o Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas produziu este mapa das organizações de mulheres indígenas e seus territórios de atuação. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

A literatura de mulheres indígenas vem somar às lutas pelos corpos e territórios, fazendo ver a diversidade pluriétnica e linguístico-cultural dos mais de 266 povos indígenas no Brasil (Povos Indígenas no Brasil, 2024). Demarcando territórios epistêmico, cosmológico e geográfico (Barbosa, 2024), a escrita de autoria indígena têm ampliado as redes da política interétnica, ao mesmo tempo em que politiza o leitor não-indígena em uma genuína percepção e sensibilidade do que significa ser indígena (Smith, 2018[1999]), sobretudo na América Latina e no Brasil.

Rejeitando a unicidade do Estado em que a ontologia da política moderna foi construída, intelectuais e escritoras indígenas, fazem de suas publicações (re)invenções de seus mundos, ao mesmo tempo em que desvelam práticas coloniais. Autoras indígenas fazem de seus produtos literários extensões das redes de articulação indígenas, em um movimento que retoma suas narrativas e modos de vida. Demarcando seus mundos e conhecimentos em meio a sociedade não-indígena.

O Relampejar de Mundos

Palavra do povo Omágua

Palavra que me encanta,
Que me comove,
Que me espanta.

Palavra levada pelo vento,
Que traduz um pensamento,
Palavra escrita no tempo.

Palavra que conta uma história
De luta e de vitória,
Palavra guardada na memória.

Palavra desenhada em uma paisagem,
Que a fotografia transformou em imagem,
Dos Omágua uma bela miragem.

Palavra escrita na luta,
Com sangue, na dor e na guerra,
Palavra dos filhos da terra.

Palavra escrita na água,
Que nem o tempo
E o esquecimento apagam,
Palavra do povo Omágua.

(Kambebe, 2021:34)

A literatura indígena contemporânea, sobretudo os trabalhos de Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeba, fazem ver a luta histórica dos povos indígenas e a diversidade cosmológica desta população. Em um movimento que exalta as tradições orais e a memória ancestral é trazido à tona, pela escrita poética e criativa, as experiências vividas e as narrativas de origem que atravessam os corpos e territórios indígenas. Desloca-se para o papel um conjunto de vivências, sentidos, violências e memórias que abarcam condições morais, políticas e sociológicas dos mundos indígenas.

Por essa razão, intelectuais indígenas têm entendido que suas escritas fazem parte de um movimento de “escrivivência” (Evaristo, 2007; Evaristo, 2020) de seus mundos e trajetórias enquanto sujeitos históricos. As antropólogas indígenas Francly Baniwa (2020) e Ana Karipuna (2021) destacam que a escrita indígena é um processo indissociável de relações humanas e não-humanas que permeiam os territórios ancestrais. Dessa forma, entende-se que a literatura indígena contemporânea é capaz de revelar novos processos de territorializações indígenas: do campo da escrita e do conhecimento.

As territorializações indígenas são entendidas no campo da etnologia como processos que envolvem as corporeidades em um complexo de ações e conhecimentos que se atrelam aos corpos e os territórios indígenas (Barboza; Tukano; Waiwai, 2019). Dessa maneira, quando a escrita desloca os modos de vidas e as oralidades para o papel, territorializa-se este campo com as epistemologias indígenas. Isso porque, como destaca a intelectual indígena:

[...] são nossas mais velhas e mais velhos quem ativam os conhecimentos e memórias relacionadas aos ancestrais, que já faleceram. Aprender com as antigas e antigos sobre as histórias de nossas/nossos antepassadas/dos, é aprender sobre as histórias de nosso povo. Além de que as histórias das/dos ancestrais, são narrativas que também compõem as histórias das gerações mais recentes. Olho para o passado (o tempo dos antigos) e para o presente e percebo que sou formada a partir daquilo que minhas e meus ancestrais foram. [...] Pois, quando nós indígenas falamos de nosso povo, realizamos isso contando as nossas próprias histórias, e o território aparece. Afinal, quem somos está diretamente relacionado à aldeia, aos rios, às roças e às florestas. Além disso, através de nossas cosmologias, as próprias parentas são interpretadas como território, pois entendemos que nós, mulheres, somos raízes profundas, caules e sementes; que a Terra é um útero, uma mulher que é mãe e que amamenta os seres visíveis e invisíveis. (Primo dos Santos Soares, 2021: 2-6).

Há uma relação intrínseca entre as categorias território, corpo, conhecimento, memória e escrita que juntas permeiam e refletem a literatura indígena contemporânea. Ao ser composta pela costura da memória viva e da palavra escrita (Soares-Pinto; Ramo Y Affonso; Benítes, 2020: 174), esta literatura articula os conhecimentos indígenas, seus mundos e modos de resistência em um movimento de resgate da memória ancestral (Correa Xakriabá, 2018). “A fala escrita, essa trama de palavras, tempos e memórias é a forma que toma aqui a resistência da vida indígena em suas territorializações” (Soares-Pinto; Ramo Y Affonso; Benítes, 2020:174). O escritor e intelectual indígena Daniel Munduruku (2009) destaca que cabe aos povos indígenas manter a memória viva:

[...] através das histórias que carregam consigo, contadas, elas também, por outros antepassados numa teia sem fim que se une ao princípio de tudo. Morrer velho é a garantia de que nosso povo não morrerá. Aos pais cabe a educação do corpo. São eles que fazem as crianças desejarem o aprendizado de coisas práticas que irão ajudá-las a suprir suas necessidades diárias enquanto crianças vivendo aquele momento e, mais tarde, quando se tornarem adultos. Já aos anciãos cabe a educação da mente e, conseqüentemente, do espírito. É, pois, através do ato de ouvir histórias, contadas pelos guardiões da memória, que nossa gente educa sua mente de modo que o indígena vive no corpo aquilo que sua mente elabora pela silenciosa e constante atenção aos símbolos que as histórias nos trazem. O corpo que vive o tempo presente alimenta-se, preenche seu vazio, por aquilo que a memória evoca do tempo imemorial. Não é, portanto, uma vida sem sentido, próxima ao reino animal como queriam os colonizadores de antigamente. Pelo contrário, é uma vivência plena de significações que reverberam pelo corpo. Nossos povos são, portanto, leitores assíduos dos sentidos da existência. Educa-se, portanto, para a compreensão do mundo tal qual ele nos foi presenteado pelos espíritos ancestrais. Educa-se para viver esta verdade que para nossa gente é plena e nos mostra o caminho do bem estar, da alegria, da liberdade e do sentido. (Munduruku, 2009: 27).

Como se lê, há um conjunto de ações e conhecimentos que são inscritos sobre os corpos e os territórios indígenas. Nesta dinâmica de corpoterritorializações (Barboza; Tukano; Waiwai, 2019), as corporeidades manifestam-se enquanto “elemento substancial da interação indígena com e entre o território, e seus constituintes” (Barboza; Tukano; Waiwai, 2019: 512). De modo que os conhecimentos, narrativas ancestrais e modos de resistência indígenas são permeados por esta interação. Para Márcia Wayna Kambeba (2020: 42):

o território é fundamental para o desenvolvimento de práticas culturais, sociais, políticas, sagradas, necessárias ao bem viver de um indivíduo, de um povo, criando teias, ligando pontes, partilhando

saberes. Todos somos um território porque em nós, a cada momento, algo novo chega e contribui para o enriquecimento pessoal e coletivo. Nesse ensinar e aprender, os povos indígenas resistem séculos e continuam se territorializando no corpo físico e espiritual para manter viva a chama da ancestralidade.

À vista disso, o território encontra-se diretamente relacionado aos corpos, conhecimentos e sagrado indígenas. De maneira que as práticas originárias imprimem assinaturas sobre o tempo e espaço, territorializando certas esferas da sociedade (Barboza; Tukano; Waiwai, 2019), seja ela indígena ou não-indígena. E este movimento de territorializações indígenas se espelha também na literatura e na escrita. Isso porque, ao evocar em tom metonímico os modos de vida, as cosmologias, violências e lutas comuns aos povos originários, a literatura indígena contemporânea retoma a soberania das narrativas indígenas, ao mesmo tempo em que territorializa os campos da escrita e do conhecimento em meio a sociedade não-indígena. Como ressaltam as escritoras e intelectuais indígenas Potiguara (2022: 180) e Kambeba (2020: 29), a literatura indígena contemporânea:

[...] cumpre o papel de retomada, de preservação cultural e de fortalecimento das cosmovisões étnicas. O autor indígena deve ser incentivado, na aprendizagem da educação bilíngue e geral, desde cedo. Ele será o futuro “contra-antropólogo”, aquele que também enxerga, registra e analisa. Povos indígenas devem caminhar com os seus próprios pés.

[...] se apresenta como uma ferramenta para o fortalecimento da educação indígena, do registro da memória pelo desenho do pensamento, transformado em palavras e sons. Com sua escrita literária, os povos originários mostram saber ecoar seus lugares (territórios) de fala na cidade, divulgando sua cultura e pensando um mundo melhor onde o bem viver entre indígenas e não-indígenas seja possível.

Logo, escritores e escritoras indígenas entendem que a escrita literária faz parte das retomadas indígenas e das lutas por soberania e autoafirmação. De jeito que a literatura indígena contemporânea relampeja sobre a sociedade não-indígena, os modos de vida, os sagrados, as cosmologias, as lutas e resistências que atravessam os corpos-territórios indígenas (Marcha das Mulheres Indígenas, 2021[2019]). Com isso, utiliza-se aqui o termo relampejar como parte de um exercício de pensamento capaz de manifestar um efeito próprio da literatura indígena contemporânea: de ampliar as redes de articulação indígenas e de fazer ver os mundos indígenas.

Em suas manifestações estético-literárias, Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeba elaboram imagens dos mundos indígenas, de seus conhecimentos, narrativas, perspectivas e lutas que atravessam os corpos e territórios indígenas e, com isso, posicionam-se frente ao colonialismo-racismo e as investidas do Estado. Relampejando seus mundos e os mundos de outros, as escritoras indígenas fazem de suas publicações portais da alteridade que se revelam políticos e politizantes, na medida em que contribuem e fortalecem a luta histórica dos povos indígenas, bem como retomam a soberania de suas narrativas de origem. Para Kambeba, a literatura indígena é luta e retomada pois:

[...] a poesia e a música que componho continuam tendo os mesmos ecos de resistência e de luta que os de minha avó. Em cada canto, um poema ou música nascem como ferramentas de desconstrução de estereótipos [...] transmitir saberes na cultura indígena é muito mais do que ensinar: é ser resistência num tempo em que a vida dos povos ainda é ameaçada de extinção. [...] Hoje usamos a literatura e a arte para compartilhar e informar sobre a nossa cultura, minimizando no outro o preconceito que ainda é patente. Uma arte que vem da cidade, mas no corpo do indígena vira ferramenta de resistência. [...] Os povos buscam um entrelace de mundos. Na partilha dos seus saberes, sagrado e memória fortalecem a identidade. As mulheres indígenas, atentas às mudanças que vêm acontecendo nesse mundo em construção, estrategicamente vão criando pontes e fazendo conexões por meio das digitais, que fortalecem a comunicação [...] Toda vez que um livro é lançado escrito por povos indígenas, uma ponte é criada e convida para um interligar de mundos. Ler literatura indígena é aprender a olhar o mundo em que vivemos com uma visão mais humana, simples, solidária, compreendendo o bem viver e sua importância para vivermos no planeta terra em equilíbrio com tudo o que vive e nos circunda. (Kambeba, 2023: 124-128).

Se o verbo intransitivo relampejar sugere em sua essência propagar ou ocasionar a luz, a literatura de Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeba, também o faz, ao trazer a luz os modos de vida, as cosmologias e formas de resistência indígenas. Carregadas de emoção, afeto, sensibilidade e também de crítica a sociedade não-indígena, a escrita das autoras, faísca cosmologias e saberes, soma a luta em defesa dos corpos e territórios indígenas. Em um relampejar de mundos e seus constituintes, a literatura indígena contemporânea territorializa o campo da escrita e do conhecimento frente ao apagamento histórico-colonial, ao mesmo tempo em que retoma a soberania de suas narrativas e nos reconta as trajetórias e resistências indígenas.

Considerações Finais

Resistência indígena

Quando as expedições aqui chegaram,
Nesse solo meus pés já haviam tocado,
Meus cabelos cobriam o corpo,
Com as palhas fazia um traçado.

Homens altos, vestidos,
Com arma na mão,
Meu povo correu, se escondeu.
Que confusão!

E numa conversa estranha
Começava um perde e ganha.
Nossas casas invadidas
Pela espada da ambição.

Resistimos a uma guerra
De dizimação e epidemia,
Escravidão e exploração,
Maus-tratos... que covardia!
Falavam em nome de um Cristo,
Qual Cristo? Não se via.

Como mulher sofri,
Vendo o povo lutar.
Vejam só que invasão,
Invadidos sem pensar
Que o sofrimento ora sentido
Ia por anos se arrastar.

Os abusos e violências
Não ficaram para trás.
Vários anos se passaram
E ainda ecoa nossa voz.

Sou indígena, tenho alma,
Sou riqueza, sou nação,
Não sou enfeite nem objeto,
Sou a barriga da gestação,
Que gestou em ti cultura,
Contribuindo com a miscigenação.

Na minha alma feminina
Trago a letra da canção.
São vozes que gritam alto,
Com suavidade e beleza.
Sou mulher, sou povo,
Sou rio, sou natureza.

Cada canto em sua língua,
Identidade em mim ressoa.
Sou cultura, ancestralidade,
Sou sabedoria, eu sou pessoa.

(Kambebe, 2021: 86-87)

Ao mobilizar os mundos indígenas e seus constituintes, a escrita de Potiguara e Kambeba resiste e posiciona-se frente às investidas coloniais e do Estado sobre os corpos e territórios originários. Exaltando a diversidade sociocultural e epistêmica de cada povo indígena, esta literatura soma as redes de articulação do Movimento Indígena nacional, contribuindo e fortalecendo a luta histórica dos povos originários.

Denunciando mais de cinco séculos de exploração e violências contra a população indígena, os poemas das obras “Metade Cara, Metade Máscara” (2019[2004]) e “O lugar do saber ancestral” (2021) relampejam tempos e espaços indígenas em um movimento que articula, resiste e retoma a soberania das narrativas indígenas, ao mesmo tempo em que faz ver cosmologias e mundos. Através da escrita poética, as autoras indígenas fazem de seus textos janelas para a alteridade, cujos aspectos políticos e politizante revelam-se como mais uma ferramenta para a luta e autoafirmação desta população frente ao Estado.

Destacando a importância dos mais velhos e mais velhas das aldeias, dos territórios, dos conhecimentos ancestrais e a figura do indígena enquanto sujeito histórico, a literatura de Potiguara e Kambeba faz ver os modos de vida tradicionais e publiciza a política interétnica. Desvelando violências, práticas coloniais e os abusos cometidos pela sociedade não-indígena, esta literatura resiste e posiciona-se frente ao Estado. Ao territorializar a escrita de tipo formal alfabética com os saberes indígenas, as escritoras, fazem de suas publicações formas de luta e resistência que elaboram sobre o leitor novas paisagens conceituais.

Dessa forma, a potencialidade da literatura de mulheres indígenas está na capacidade de fazer relampejar mundos e cosmologias em um deslocamento de conceitos próprios das sociedades indígenas. Nos contando e recontando seus mundos, as escritoras indígenas fazem de seus textos elementos que relampejam a luta histórica dos povos indígenas pela defesa de seus corpos e territórios. Fazendo de sua poética pequenas faíscas, Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeba, incendeiam o Estado e sociedade hegemônica com um real sentido e significado daquilo que é ser indígena no Brasil.

Referências

- ALBERT, Bruce. “O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza”. In: **Série Antropologia**, n. 174, p. 1-33, Brasília, 1995.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. “Caipora e outros conflitos ontológicos”. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.5, n.1, jan.-jun., p.7-28, 2013.
- BARBOSA, Thais Viana. “Demarcando territórios epistêmico, cosmológico e geográfico: a escrita de autoria indígena”. **Revista de Antropologia da UFSCar**, 15 (1), jan./jun. p.229-247, 2024.
- BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje / Gersem dos Santos Luciano - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.**
- BARBOZA, M. S. L., Tukanó, L. D. Y. e Waiwai, J. X. “Corpo territorialização Katukina: Lampejos etnográficos sob as perspectivas femininas indígenas”. **Amazônia - Revista de Antropologia**. v.11 (2), p.503-547, 2019.
- CORREA XAKRIABÁ, C. N. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Departamento de Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2018.
- DANNER, L.; DORRICO, J.; DANNER, F. “Uma literatura militante: sobre a correlação de movimento indígena e literatura indígena brasileira contemporânea”. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 163-181, 2018.
- DORRICO, Julie. “A oralidade no impresso o eu-nós lírico-político da literatura indígena contemporânea”. **BOITATÁ**, v. 12, p. 216-233, 2017.
- DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora, 2020.
- DORRICO, Trudruá Macuxi. “Mulheres indígenas na literatura”. SESC São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/mulheres-indigenas-na-literatura-em-pauta-com-julie-dorrigo-e-paolla-vilela/>
- EVARISTO, Conceição. “Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita”. In: Alexandre, Marcos A. (org.) **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007.
- EVARISTO, Conceição. “A escrevivência e seus subtextos”. In: **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes**. - 1. ed. – Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FINNEGAN, Ruth. “O significado da literatura em culturas orais”. In: Queiroz, Sônia (Org). **A tradição oral**. FALÉ: MG, 2006.
- FONTES, F. B. “Minha escrevivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro - Amazonas/Brasil”. **Cadernos de campo** (São Paulo, online). vol.29, n.1. p.179-186, 2020.

HAESBAERT, Rogério. “Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais”. *Revista GEOgraphia*, 22(48), pp. 75-90, 2020.

HOOKS, Bell. “Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis. 16 (3): 424, setembro-dezembro, 2008 [1994].

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade* –2a.ed. – São Paulo: Editora Jandaíra, 2018.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Saberes da Floresta*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *O lugar do saber ancestral*. 2a. ed. – São Paulo: UK’A, 2021.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Kumiça Jenó: narrativas poéticas dos seres da floresta*. 1a. ed. – Underline Publishing, 2021.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *De almas e águas kunhãs*. 1a. ed. – São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Infância na aldeia*. Ilustrações: Cris Eich. - Jandaíra, SP: Ciranda na Escola, 2023.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *O curumim Wirá e os encantados*. Ilustrações: Simone Ziasch. Campinas, SP: Casa Cultural, 2023.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *O povo Kambeba e a gota d’água*. Ilustrações: Cris Eich. Edebe Editora, [s.d.].

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Cocar*. Ilustrações: Cris Eich. Krauss Editora, [s.d.].

KAMBEBA, Márcia Wayna. *A matinta pajé*. Ilustrações: Dedê Paiva. Espia Editora, [s.d.].

30

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015[2010].

KRENAK, Edson. “Literatura Indígena: um cordão de três dobras”. Disponível em: https://www.academia.edu/10548880/Literatura_Ind%C3%ADgena_um_cord%C3%ADo_de_tr%C3%AAs_dobras, [s.d.].

Marcha das Mulheres Indígenas. “Documento Final da Marcha das Mulheres Indígenas (2019)”. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 339–345, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/39122>.

MUNDURUKU, Daniel. “Educação Indígena: Do corpo, da mente e do espírito”. *Revista Múltiplas Leituras*, v.2, n. 1, p. 21-29, jan. / jun, 2009.

OLIVEIRA, João P. “Fricção interétnica”. In: Silva, B. (Org.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p. 495-498, 1986.

OLIVEIRA, João. P. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana*, v. 4, n.1, p. 47-77, abr, 1998.

PEGGION, Edmundo A. “O reverso da etnografia: as possibilidades da escrita indígena”. *Revista de Antropologia da UFSCar*. n.9.v.2, jul./dez, p. 47-61, 2017.

PINTO, M. C.; Lima, E. G. “Metade Cara, Metade Máscara: Uma escrita-testemunho tecida entre os fios da memória”. In: XV Congresso Internacional da ABRALIC, 2017, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos do XV Congresso Internacional da ABRALIC - 07 a 11 de agosto de 2017*, v. 3. p. 4654-4664, 2017.

POTIGUARA, Eliane. **A terra é a mãe do índio Nhandecy**. Grupo Mulher - Educação Indígena (GRUMIN). Impressão: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Pró-reitoria de Extensão, Minas Gerais, 1989.

POTIGUARA, Eliane. **O coco que guardava a noite**. 1a Ed. Mundo Mirim Editora, 2012.

POTIGUARA, Eliane. **Pássaro Encantado**. Ilustrações: Aline Abreu. - 1.ed. -São Paulo: Jujuba, 2014.

POTIGUARA, Eliane. **A cura da terra**. 1a. ed.- São Paulo: Editora do Brasil, 2015.

POTIGUARA, Eliane. **Metade Cara, Metade Máscara**.3a Ed. Rio de Janeiro: GRUMIN, 2019 [2004].

POTIGUARA, Eliane. “Mulheres indígenas sempre foram guerreiras: feminismo e meio ambiente, olhar histórico e político”. In: **Jenipapos**: diálogos sobre viver [livro eletrônico] / organização Daniel Munduruku... [et al.]; coordenação Isabella Rosado Nunes, Mauricio Negro; arte Mauricio Negro. -- Rio de Janeiro, RJ: Mina Comunicação e Arte, 2022.

POTIGUARA, Eliane. **O vento espalha a minha voz originária**. Rio de Janeiro, RJ - 1a. ed. - GRUMIN, 2023.

Povos Indígenas no Brasil. Quem são? Povos Indígenas no Brasil, 2024. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o#:~:text=Atualmente%20encontramos%20no%20territ%C3%B3rio%20brasileiro,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20do%20pa%C3%ADs .

PRIMO DOS SANTOS, Ana Manoela S. “As perguntas das antropólogas: Percepções sobre a demarcação do território da escrita e o costurar dos conhecimentos”. **Novos Debates - Fórum de Debates em Antropologia**, 7, pp. 1-15, 2021.

PRIMO DOS SANTOS, Ana Manoela S. “A autoria coletiva e a autoetnografia: experiências em antropologia com as parentas Karipuna do Amapá”. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. 17(2), pp. 1-16, 2022.

SOARES-PINTO, Nicole, Affonso, Ana Maria. R., & Benites, Sandra. “Mulheres indígenas e suas coexistências - uma apresentação.” **Cadernos de Campo**, 29(1), pp. 173-178, 2020.

SCHILD, Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacodsen. **Articulação das Mulheres Indígenas no Brasil: em movimento e movimentando redes**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2023.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 239 pp, 2018[1999].

VILELA, Paolla. “Mulheres indígenas na literatura”. SESC São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/mulheres-indigenas-na-literatura-em-pauta-com-julie-dorrigo-e-paolla-vilela/>.

WERÁ, Kaká. **Kaká Werá**. Coleção Tembetá. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2017.